

Quanto ao Projeto 1, tentou-se a montagem de uma estrutura condizente com princípios administrativos de acordo com as mais modernas técnicas biblioteconômicas, visando a uma adequação melhor entre a estrutura e a finalidade da instituição e reformulando grupamentos que estavam criticamente inoperantes ou fora dos padrões. Seriam, dessa maneira, sanadas graves falhas funcionais, como, por exemplo, a já notada incapacidade de a BN competir com outros sistemas semelhantes, o que levava "outros órgãos afins a assumirem trabalhos e atividades que competiriam à BN, no campo da biblioteconomia e da documentação"<sup>29</sup>; a confusão de funções de seções e de divisões, que prejudicava o atendimento aos leitores; o excesso de burocracia que congestionava o fluxo de informações e de serviços; a duplicidade de funções que levava à confusão e à inação; a auto-suficiência de certos setores, com infra-estrutura própria e normas de procedimento particulares, o que é absolutamente incompreensível numa instituição desse tipo.

O sistema de pessoal - Projeto 2 - obteve propostas de melhor aproveitamento funcional, melhor equilíbrio salarial, reciclagem técnica, ampliação e enriquecimento de certos cargos ("técnico em documentação aglutinando os cargos de bibliotecário e documentarista, que têm a mesma formação profissional (...) técnico em editoração aglutinando os campos de preparador de texto, redator e revisor, tendo em vista que os três cuidam do texto, em grau de maior e menor complexidade"), tudo coroado com intenso programa de treinamento.

O Projeto 3 previa o aumento racional do espaço físico calculado para que a Biblioteca pudesse expandir-se "por um período de 50 anos" e a redistribuição da área interna existente "visando a descongestionar o atual fluxo de trabalho e racionalizar a disposição das seções"<sup>30</sup>. A Assistência Técnica calculava um aumento de espaço de cerca de 4 mil metros quadrados para atingir esse objetivo. Em Exposição de Motivos nº 0252, de 3 de agosto de 1978, à Presidência da República, assinada pelos ministros da Educação e Cultura (Euro Brandão) e da Justiça (Armando Falcão), foi proposta a demolição do prédio ocupado pela Justiça Federal, ao lado da Biblioteca Nacional, e a construção de um outro edifício, do qual a Biblioteca ficaria com um espaço relativo a 30% da área total e o restante seria ocupado